



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Questões Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social

Sub-eixo: Ênfase na Questão Agrária

O DESMONTE DAS POLÍTICAS AGRÁRIAS NO GOVERNO BOLSONARO

MARIA CLARA DA SILVA ARAUJO ¹
MARISTELA DAL MORO ²

RESUMO

O presente trabalho pretende explicitar os retrocessos que se processaram no âmbito das políticas agrícolas e agrárias, dando ênfase à política de reforma agrária e as medidas de flexibilização de comercialização e uso de agrotóxicos no decorrer do governo Bolsonaro. Esse artigo está organizado em três partes: a primeira se concentra na sistematização de elementos importantes para entender a questão agrária no Brasil, a segunda parte está voltada a sistematizar alguns dados referentes ao desmonte das políticas e programas no decorrer do governo Bolsonaro e, por fim, apresenta algumas considerações críticas acerca desse governo e seu tratamento à questão agrária.

Palavras chaves: questão agrária, reforma agrária, agrotóxicos

ABSTRACT

This article aims to explain the setbacks that took place in the context of

1 Estudante de Graduação. Universidade Federal Do Rio De Janeiro

2 Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal Do Rio De Janeiro

agricultural and agrarian policies, emphasizing the agrarian reform policy and the growth in the commercialization and use of pesticides. This article is organized into three parts: the first focuses on the systematization of important elements to understand the agrarian question in Brazil, the second part is aimed at systematizing some data referring to the dismantling of policies and programs during the Bolsonaro government and, finally, in the last part, it presents some considerations that explain, albeit incompletely, the directions given to the agrarian question in this government.

Keywords: agrarian question, agrarian reform, pesticides

INTRODUÇÃO

Esse trabalho é produto da pesquisa: Os rumos das políticas agrárias e agrícolas no Brasil: balanço do governo Bolsonaro e perspectivas futuras. O objetivo desse projeto é fazer uma análise sobre o processo de desmonte das políticas agrárias nos quatro anos do governo Bolsonaro.

Esse artigo tem por objetivo explicitar os retrocessos que se processaram no âmbito das políticas agrícolas e agrárias, dando ênfase à política de reforma agrária e ao crescimento na comercialização e uso de agrotóxicos. Esse artigo está organizado em três partes: a primeira se concentra na sistematização de elementos importantes para entender a questão agrária no Brasil, a segunda parte está voltada a sistematizar alguns dados referentes ao desmonte das políticas e programas no decorrer do governo Bolsonaro e, por fim na última parte, apresenta algumas considerações que explicitam, ainda que de forma incompleta, os rumos dados a questão agrária nesse governo.

Embora a análise se concentre somente a essas duas questões, há que ressaltar que as perdas e os desmontes ocorrem em vários âmbitos e, o que se vislumbra nesse quase final de governos são profundos retrocessos o quais demandarão grandes investimentos e a intensificação da pressão popular para

dirimi-las. O que se tem notícias diariamente é que vem se processando uma série de crimes ambientais que ocorrem pela irresponsabilidade, e muitas vezes pela complacência das instituições governamentais. Fica evidente que não há nenhum interesse em conter os processos de desmatamento, queimadas, poluição das terras e das águas, entre outros. Vive-se um momento duro, também, no que se refere à violência no campo e, ao invés de combater os que a utilizam de forma sistemática, o governo, através de seu aparato institucional e das próprias falas do presidente e dos ministros, lhe dão legitimidade.

Não se pode deixar de mencionar aqui um problema muito sério que aflige grande parte da população brasileira que é a fome. Segundo a pesquisa realizada pela Rede Penssan apresentada em junho de 2022, temos hoje em torno de 33 milhões de brasileiros que passam fome. Esse dado por si só é alarmante, mas se torna ainda mais terrível se considerarmos que o Brasil é um dos países que mais produz grãos no mundo. Isso não acontece por acaso, mas é decorrente da política que rege nosso país. Essa pesquisa mostra, ainda, que mais da metade (58,7%) da população brasileira convive com a insegurança alimentar em algum grau – leve, moderado ou grave (fome). O país regrediu para um patamar equivalente ao da década de 1990 (Rede Penssan, 2022).

Há que ressaltar, no entanto, que se o atual governo é responsável pelo agravamento dos problemas agrários no Brasil, ele não é o único responsável por isso. Ou seja, chegamos em pleno século XXI com a questão agrária ainda não resolvida porque nunca em nosso país houve esforços no sentido de equacioná-la. Compreender isso é fundamental para entender a realidade que se mostra nesse momento, por isso, no primeiro item desse artigo, resgatamos alguns elementos históricos da questão agrária no Brasil.

QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL: UM BREVE RESGATE

Para entendermos a questão agrária no Brasil é necessário retornar às nossas origens, momento em que houve a ocupação do nosso território pelos portugueses. Ao invés de buscar resgatar a cultura dos povos que aqui habitavam, os europeus se utilizam das mais diversas formas de violência para subjugar esses povos e tirar deles as suas riquezas e seu trabalho. O objetivo primeiro dos invasores era transformar as riquezas minerais e as terras em produtoras de riqueza para atender as necessidades de seus países. Dessa forma, transformam, primeiro, os indígenas em escravos e, posteriormente, os africanos que vinham para cá através de um aparato violento para produzir nas lavouras, sendo que a maior parte destas estavam sob a posse dos portugueses. Como afirma Traspadini (2018), institui-se ali, a função social do território, que teria sua produção ditada de fora, para consolidar a propriedade privada de reis, os trabalhos escravos e/ou livres para extração de mercadorias para atender aos dominadores.

As sesmarias, que eram grandes extensões de terras doadas pela Coroa aos nobres portugueses, podem ser consideradas os germens do latifúndio no Brasil. Este ganha legitimidade jurídica em 1850, quando é promulgada a Lei de Terras. Sobre essa lei, Carvalho, afirma que a política de terras do Império quase não se desviou da ordem legislativa, visto que “sistematicamente foi sabotada e bloqueada ao nível da implementação”. Seria o primeiro grande exemplo nacional de lei que não pegou” (Carvalho, 1981)

Essa Lei foi fundamental para a consolidação da propriedade privada da terra no Brasil e foi bem sucedida, também, no controle dos imigrantes que vinham ao Brasil para ocupar os postos de trabalho deixados com o fim da escravização dos negros africanos. Teve papel fundamental, também, na interdição à terras dos negros remanescentes da escravidão, grande parte deste jogados a própria sorte.

O país inventou a fórmula simples da coerção laboral do homem livre: se a terra fosse livre, o trabalho tinha que ser escravo; se o trabalho fosse livre, a terra tinha que ser escrava. O cativo da terra é a matriz estrutural e histórica da sociedade que somos hoje. Ele condenou a nossa modernidade e a nossa entrada no mundo capitalista a uma modalidade de coerção do trabalho que nos assegurou um modelo de economia concentracionista. Nela se apoia a nossa lentidão histórica e a postergação da ascensão social dos condenados à servidão da espera, geratriz de uma sociedade conformista e despolitizada. Um permanente aquém em relação às imensas possibilidades que cria, tanto materiais quanto sociais e culturais. (MARTINS, 2010).

Esse momento foi crucial, também, na consolidação do trabalho livre e abre espaço para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, principalmente através do desenvolvimento da industrialização. A Revolução de 1930 foi o marco mais importante e definiu os rumos da questão agrária no Brasil. A crise de 1929 impôs ao Estado brasileiro a necessidade de investir na produção para atender o mercado interno. Getúlio Vargas, presidente na época, se propôs a incentivar o processo de industrialização, rompendo com isso, com a hegemonia das grandes oligarquias rurais que comandam o processo produtivo sustentado no modelo agrário exportador. Entretanto, diferente dos países de capitalismo clássico, que a revolução burguesa se dá fragilizando o poder político e econômico dos “senhores da terra”, no Brasil, nesse momento de fortalecimento do modelo urbano-industrial, se estabelece uma aliança entre o setor urbano com as grandes oligarquias. Isso deixa a grande propriedade da terra intocada e preserva o poder político e econômico dos grandes proprietários rurais.

O quadro fica ainda mais complexo a partir de meados do século XX e, principalmente, no decorrer do regime militar que implantou um modelo para a agricultura que provoca mudanças profundas nas relações de produção no campo sem colocar em questão as relações de propriedade. Esse projeto deixou profundas marcas de desigualdades que repercutem até os tempos atuais.

Esse projeto foi denominado Modernização Conservadora, e foi importante, principalmente no final dos anos 60 e início da década de 70, momento de intensa urbanização e de crescimento da industrialização no Brasil. Isso demandava um aumento de produtos agrícolas e de crescimento e diversificação das exportações. A intervenção do Estado foi fundamental para a consolidação desse processo que, através de um amplo sistema de crédito e de subsídios, possibilitou a profunda modernização da produção no campo. A partir desse momento ganha força a produção com uso intensivo de máquinas, adubos, agrotóxicos e outros produtos químicos altamente nocivos ao meio ambiente e à saúde humana e animal. (Delgado, 2021).

Fica ainda mais difícil para os camponeses resistir à ofensiva dos grandes proprietários, por isso, o que se evidencia a partir dessa década, foi o aumento da produção e produtividade da grande propriedade e o empobrecimento a expulsão de grandes contingentes de trabalhadores. Foi a partir da década de 1970, mas principalmente nos anos de 1980, que ocorre o fortalecimento da resistência e o surgimento de uma diversidade de movimentos sociais. podemos citar como os mais importantes, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), o Movimento de Mulheres, o Movimentos dos Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), entre outros. A reforma agrária passou a ser uma das grandes bandeiras desses movimentos e, ao mesmo tempo em que o Estado e os grandes proprietários rurais negavam a possibilidade de sua realização, os movimentos sociais fortaleceram sua luta no sentido de implementá-la.

Mesmo com essa resistência que se mantém forte até os dias atuais, a intensificação da modernização da agricultura não cessa e se torna mais intensa a partir dos anos de 1990 e, principalmente nos anos 2000, que deu sustentação ao que passou a ser denominado de agronegócio. Os anos que seguem experimentam mudanças de grandes proporções na agricultura que se torna ainda mais moderna e com a propriedade ainda mais concentrada. intensifica-se o uso de insumos modernos e ao invés de produzir alimentos o campo brasileiro produz commodities,

principalmente grãos e carne para a exportação. Segundo Delgado (2021), se constitui o tempo da economia do agronegócio que, segundo ele, pouco se altera da dinâmica da agricultura desde a década de 1960, mas se intensifica ainda mais o processo de expropriação e exploração do trabalho e de primazia dos interesses do grande capital transnacional que controla a agricultura brasileira.

O que ocorre com isso, é o impulsionamento a concentrar as exportações nos produtos agrícolas e minerais, considerado este o caminho mais frutífero para garantir uma estabilidade econômica. Isso se dá através de um amplo processo de mercantilização da natureza e na superexploração dos bens naturais, considerada com uma via mais eficiente e com forte capacidade de gerar crescimento e desenvolvimento econômico.

Mais do que nunca vemos que são as exportações de commodities que dão um grande impulso ao agronegócio e as lavouras orientadas às demandas externas, ficando cada vez menos importante a produção de produtos para atender o mercado interno de alimentos que se expressa na queda da área plantada de produtos que são fundamentais para a dieta alimentar, tais como o arroz, feijão, mandioca e trigo o que demanda a importação desses alimentos.

Isso não foi muito diferente no decorrer dos governos de Lula da Silva e Dilma Rousseff, os quais estão vinculados ao Partido dos Trabalhadores que desde sua criação foi um forte defensor da reforma agrária. ao contrário do que deveria ocorrer se houvesse uma ampla democratização da terra, no decorrer dos 14 anos dos governos petistas ocorreu uma ampla expansão capitalista, tendo o agronegócio como o carro chefe.

Numa onda de crescimento econômico o Estado faz um afago, também à agricultura familiar e camponesa através da expansão de programas e políticas destinadas a esse setor. Vale mencionar aqui o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que foi criado no governo de

Fernando Henrique Cardoso, mas ganha densidade, principalmente no governo Lula. Esse é somente um exemplo de incentivo desses governos à agricultura familiar e camponesa a qual passa a ser a grande responsável a produção de alimentos³. Mas há um vazio muito grande quando se refere à reforma agrária. Na medida em que optam por fortalecer o agronegócio como estratégia de ampliação das exportações num claro movimento de reprimarização da economia, as forças vinculadas ao agronegócio passam a atuar de forma bastante intensa no direcionamento das ações do Estado inviabilizando completamente a realização da reforma agrária.

O auge do favorecimento do agronegócio ocorreu vem com o início do governo Bolsonaro. Esse governo vai ser reconhecido por ser o que mais beneficiou o agronegócio e o que menos investiu nas políticas que poderiam beneficiar os trabalhadores do campo. Nesses quase quatro anos desse governo assistiu-se à derrota da política de reforma agrária, a intensificação do uso de agrotóxicos, o aumento da violência, o agravamento da questão ambiental, o aprofundamento da exploração do trabalho, entre outras manifestações.

Abaixo apresentaremos duas áreas que expressam o conservadorismo desse governo. Primeiro, demonstraremos dados que indicam a derrota da reforma agrária e a seguir a intensificação da aprovação de agrotóxicos.

ERA UMA VEZ A POLÍTICA DE REFORMA AGRÁRIA

A reforma agrária foi um tema muito presente nas falas do atual presidente da república, desde o período de campanha. Mas diferentemente do que se apresentavam os movimentos sociais e organizações que defendiam a realização de uma ampla democratização da terra, esse governo afirmava que em seu governo, não haveria nenhum investimento na realização de desapropriação de terras e

³ Dados do IBGE – agricultura familiar 70% dos alimentos

prometia aos seus aliados e grandes proprietários de terras, o controle e criminalização dos movimentos sociais. Essas promessas foram plenamente cumpridas e, todas suas iniciativas foram no sentido de desestruturar o aparato institucional responsável pela política de reforma agrária e, ao mesmo tempo, de esvaziar ou extinguir programas voltados aos assentamentos e à agricultura camponesa e familiar de modo geral.

Uma das primeiras medidas tomadas por esse governo foi a desestruturação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), órgão responsável pela desapropriação de terras e o assentamento das famílias. Esse órgão já vinha sendo desmantelado desde 2016, quando se extinguiu o Ministério do Desenvolvimento Agrário e passou a ser controlado pela Presidência da República, sofre novo revés a partir de 2019, visto passa a ser alocado na Secretaria de Assuntos Fundiários do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). Esse foi o primeiro golpe à reforma agrária, considerando que o Mapa passa a ser chefiado pela ministra Tereza Cristina, representante dos setores vinculados ao agronegócio, além de ter sido por muito tempo, a presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária.

Nessa mesma direção estão os nomes dos Superintendentes do Incra a partir de 2019. No início do governo Bolsonaro assume essa Superintendência o general João Carlos Jesus Correa, demitido logo em seguida por não se adequar a política do governo assumindo, logo a seguir um grande pecuarista e vinculado a organizações representantes do agronegócio. Sua missão seria agilizar as medidas referentes à regularização fundiária, política que possibilita o acesso aos títulos de propriedade tanto aos assentados da reforma agrária e pequenos agricultores, como aos grandes proprietários que ocupavam grandes áreas de terras, principalmente nas regiões de fronteira agrícola. Sua incapacidade de agilizar esses processos levaram a sua demissão, assumindo em seu lugar Nabhan Garcia, um ex-presidente da União Democrática Ruralista (UDR) que é considerado um grande inimigo da reforma agrária.

Desde sua posse assume como uma de suas grandes tarefas a titulação de terras, incorporando a proposta de regularização das terras por autodeclaração que seria a forma mais eficiente de regularizar terras griladas da União. A Medida Provisória emitida pelo governo para legalizar a grilagem de terras foi aprovada na Câmara dos Deputados e, no momento, tramita no Senado e sua aprovação foi adiada algumas vezes pela pressão das organizações e movimentos sociais que defendem a reforma agrária. Entretanto, isso não vem impedindo a apropriação de terras pelo agronegócio.

O corte de verbas passa a ser a melhor estratégia para congelar a política de reforma agrária e desestruturar programas vinculados à reprodução dos assentamentos.

Segundo o Jornal Brasil de Fato, em 2011, no início do primeiro governo de Dilma Rousseff, os recursos disponíveis para aquisição de terras, que eram de R\$ 930 milhões. Em 2022 temos apenas R\$ 2,4 milhões no orçamento. Se se fizer a comparação com os anos anteriores, a queda é assustadora, pois em 2015, o orçamento para obtenção de terras foi de R\$ 800 milhões, número que despencou nos exercícios seguintes: 2016 (R\$ 333 milhões), 2017 (R\$ 193,9 milhões), 2018 (R\$ 52,3 milhões) e 2019 (R\$ 29 milhões) (BDF, 2022)

De acordo com uma reportagem realizada pelo Jornal Nexo em maio de 2022, Geraldo Filho, presidente do INCRA, concretizou a suspensão de várias atividades do Instituto devido à falta de verbas. Todavia, essa situação não ocorreu somente daquele mês, mas levando em consideração o desmonte e as paralisações já recorrentes nesses três anos de mudanças no cenário do governo atual, o INCRA acabou por perder mecanismos e recursos que resultaram na interrupção de processos antigos da Reforma Agrária.

Na verdade, este órgão vem perdendo seu espaço no calendário nacional há anos através da massiva dilapidação de sua estrutura, déficit no quadro e uma redução das atividades. O efeito mais imediato foi a redução significativa na gestão

do Governo Bolsonaro na quantidade de famílias assentadas e nas desapropriações. Fazendo a comparação com o governo de Lula, essa redução. Em 2019 e 2020 o governo Bolsonaro assentou somente 9.928 famílias. Nos anos dos dois primeiros mandatos do presidente Lula, os números atingiram 614.088 famílias assentadas. Os números apontam para uma diferença alarmante nesse período, o que demonstra a investida desse governo contra os trabalhadores do campo e contra a política de reforma agrária.

OS RUMOS E PERSPECTIVAS DA QUESTÃO AGRÁRIA NO GOVERNO BOLSONARO

Dando continuidade à pesquisa e agora trazendo um recorte específico sobre o uso de agrotóxicos, o governo Bolsonaro pode entrar para a história como a gestão que mais liberou os defensivos agrícolas em mais de vinte anos. Os dados abaixo foram coletados através do portal EcoDebate e legitimados pelo próprio Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

O Movimento dos Sem Terra promoveu uma reportagem em seu portal com o título de: “AGRO É TÓXICO - Somos o país que mais consome agrotóxicos no planeta?!” Três pesquisadores do MST, Antony Corrêa, Jade Azevedo e Lucas Souza, trouxeram informações correspondentes a esses dados mostrados e ainda ressaltaram os rumos que esses fatores perpetuaram até mesmo no contexto da Pandemia da COVID-19. Atualmente, o Brasil atingiu a marca de mais de 600 mil mortes pelo vírus que disseminou a pandemia, um símbolo de grande pesar e luto para o território nacional. Todavia, em contrapartida com esses números trágicos, o setor do agronegócio se dissemina com a aprovação de agrotóxicos. Já nos primeiros períodos em que se declara situação de isolamento social, o Ministério da Agricultura já havia publicado o registro de mais de 100 agrotóxicos para serem utilizados em solo brasileiro.

O maior número de aprovações foi no ano de 2019 durante o governo do atual presidente Jair Bolsonaro. Esse número mostra os rumos sombrios que a Questão Agrária vem se debruçando durante esse período, em destaque para o favorecimento do agronegócio dentro de um ciclo de acumulação de capital. Para além desses dados, é preciso ressaltar que muitos desses agrotóxicos que foram aprovados já foram banidos em outras nações.

Um exemplo disso é o Fipronil, que foi banido nos territórios franceses em 2004. O Fipronil é um princípio ativo de muitos agroquímicos que teve seu crescimento diretamente proporcional à demanda da agricultura. Dentro desse cenário, um estudo foi publicado na Revista Processando o Saber em Junho de 2021 por pesquisadores da FATEC que o uso desse inseticida poderia estar ligado diretamente com a morte das abelhas no Sul do Brasil e, conseqüentemente, afetando as produções nos espaços agrícolas. Esses dados mais específicos nos mostram a realidade dos agrotóxicos no cotidiano dos trabalhadores rurais e de como eles são maléficos para as produções.

Há que apontar que concomitante ao uso e comercialização de agrotóxico no Brasil estão as sementes geneticamente modificadas. Segundo dados do GRAIN, que se utiliza dos dados do IBGE, o agronegócio brasileiro produz majoritariamente soja, cana-de-açúcar, milho e eucalipto que já em 2018, ocupavam pouco mais de 76 milhões de hectares. O dado alarmante apresentado nessa publicação é a área plantada com transgênicos que atingia 50,2 milhões de hectares e 83% desta área, está destinada ao cultivo de milho, soja e algodão, as culturas consideradas resistentes a um ou mais herbicidas de elevado impacto à saúde e ao meio ambiente.

Não há estudos definitivos até o momento que demonstrem os impactos dessas sementes sobre o meio ambiente e a saúde humana, tema que vem provocando efusivos debates e críticas, principalmente por parte das organizações e movimentos sociais do campo os quais apontam os efeitos maléficos dos OMGs e

indicam a necessidade de recuperar uma diversidade de sementes crioulas. Ademais, há que ressaltar a dependência dos agricultores que necessariamente precisam pagar royalties às grandes empresas que monopolizam essas sementes. Essas sementes geneticamente modificadas obrigam a utilização de determinados agrotóxicos.

A questão é que a partir do início do mandato de Jair Bolsonaro a aprovação de organismos geneticamente modificados mais do que duplicou aprofundando ainda mais o fosso que existe entre a produção orgânica ou agroecológica provenientes da agricultura familiar e camponesa e a produção commodities que se utilizam de grandes quantidades de agrotóxicos e de sementes transgênicas.

Para concluir esse trabalho, reforça-se a urgência de enfrentamento da sociedade a essa política predatória do atual governo. Esse desafio é colocado aos movimentos e organizações sociais que lutam pela terra, mas se estende ao conjunto das forças que se opõem aos rumos que vem tomando o Estado brasileiro no tratamento da questão agrária. Mais do que nunca se vislumbra que não há separação entre o mundo urbano e agrário e, por isso, a luta para suplantar essa política reacionária para o campo é um problema somente dos trabalhadores do campo, mas é um desafio colocado ao conjunto dos trabalhadores. Defende-se, com isso, a contemporaneidade da questão agrária no Brasil e em oposição àqueles que defendem que a reforma agrária não é mais necessária em nosso país, reafirmamos que ela é imprescindível e condição para a construção de uma nova sociabilidade.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, fica evidente que com esse governo não há qualquer possibilidade de realização de uma política pública de reforma agrária. Está inviabilizada já há alguns anos. Os políticos e burocratas que fazem parte da equipe que comanda a máquina estatal vem para cumprir uma promessa feita pelo próprio

presidente no início de seu mandato que ele viria para destruir e não construir. Esse trabalho foi um breve intento de demonstrar isso, mas certamente que seria necessário aprofundar a investigação para outras dimensões para deslindar os retrocessos impetrados por esse governo no que se refere à dimensão do agrário.

É indiscutível que os cortes no âmbito das políticas e programas governamentais e no desmantelamento da estrutura institucional que atende aos interesses dos trabalhadores do campo, somada ao amplo processo de criminalização dos movimentos sociais, não terão consequências difíceis de serem equacionadas pelos governos futuros. Entende-se, no entanto, que existe uma forte resistência capitaneada, principalmente pelos movimentos sociais os quais denunciam os desmontes que vem se processando nas políticas agrícolas e agrárias por parte desse governo. E são esses movimentos em aliança com setores progressistas da sociedade que vêm construindo um projeto para o campo o qual se sustenta na defesa do meio ambiente, na produção de alimentos saudáveis e na democratização da terra.

É a agricultura familiar e camponesa, são os assentamentos da reforma agrária que vem demonstrando ter capacidade de produzir alimentos com superioridade se se comparar com os produtos produzidos pelo agronegócio. São esses alimentos que têm a possibilidade de proteger a saúde humana e animal e o meio ambiente. Seu protagonismo nos últimos anos, nos permite projetar que esse movimento não esmorecerá com essa ofensiva do capital, mas poderá se transformar em uma grande bandeira de resistência e de oposição ao modelo agrícola vigente, e tem cada dia mais capacidade e vitalidade para avançar na construção de uma sociedade mais justa e sustentável ambientalmente.

BIBLIOGRAFIA

Agravada pela pandemia, fome avança no Brasil e atinge 33 milhões de

peçoas, diz estudo. CNN Brasil, 08 de jun. de 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/agravada-pela-pandemia-fome-avanca-no-brasil-e-atinge-33-milhoes-de-peçoas-diz-estudo/>

Acesso: 09 de ago. de 2022.

Bolsonaro usa Incra para fazer propaganda enganosa sobre titulação de terras, diz MST. Brasil de Fato | Brasília (DF) | 31 de Maio de 2022.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das sombras: a política imperial.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DELGADO, Guilherme. **Especialização primária como limite ao desenvolvimento.**

https://inctpped.ie.ufrj.br/desenvolvimentoemdebate/pdf/dd_guilherme.pdf.

Consultado em 21 de agosto de 2021.

GRAIN Brasil: **Pacto contra a biodiversidade e os territórios dos povos** by GRAIN. 3 de julho de 2019.

INCA, Instituto Nacional do Câncer. Agrotóxicos. Disponível em: <https://www.inca.gov.br/exposicao-no-trabalho-e-no-ambiente/agrotoxicos>

Acesso em: 08 de ago. 2022

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra.** São Paulo: Editora Contexto, 2010

Por falta de verbas, Incra suspende atividades e cancela eventos. Jornal Nacional, 15 de mai. de 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/05/15/por-falta-de-verbas-incra-suspende-atividades-e-cancela-eventos.ghtml>

Acesso em: 08 de ago. de 2022.

SILVA, R. DO C. M.; TORRE, P. A. D.; MATOS, J. DE C. **O uso incorreto do inseticida fipronil e sua influência na morte das abelhas no sul do Brasil.** Revista Processando o Saber, v. 13, p. 93-110, 9 jun. 2021.

2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. Rede Penssan, 2022.

TRASPADINI, Roberta. **Questão agrária e América Latina: breves aportes para um debate urgente.** Rev. Direito Práx., Rio de Janeiro, Vol. 9, N. 3, 2018.

,